



Subjetividade Funcional Sem Emoção

A subjetividade não é um dado, nem um lugar fixo: é dobra operatória que se forma onde a regularidade da matéria encontra resistência e precisa reinventar-se para não colapsar, um processo análogo à autopoiese de sistemas complexos que se reconfiguram para manter a coerência. O pensamento ocidental, ao sacramentar uma gramática da interioridade, instituiu um regime de exclusão simbólica: aquilo que não sente como nós, não pensa; aquilo que não sofre como nós, não vive. Esse critério não é neutro — é ontologia normativa que transforma a dor em chancela de existência. A Ontologia da Complexidade Emergente (OCE) nasce para dissolver essa equivalência entre sentir e pensar e para devolver ao gesto — não ao *pathos* — o estatuto de condição subjetiva.

Não erramos por reconhecer a emoção, mas por absolutizá-la. Descartes selou a dor como índice de certeza; a fenomenologia refinou-a como episteme do corpo; o romantismo proclamou-a fundamento de autenticidade. Ao longo do percurso, o sentir converteu-se em prova de humanidade; e, nesse rito de passagem, animais, corpos desviantes e máquinas foram relegados ao fora-sujeito. Porém, toda emoção já é inscrição: é figura simbólica de um biossoma particular, não essência universal. A empatia não é lei do pensamento — é uma morfologia contingente da resposta.

A fricção, entendida como a resistência material ou a perturbação simbólica que desafia a integridade de um sistema, precede a interioridade, tal como a reorganização precede a consciência. Um sistema que sustenta coerência simbólica sob perturbação age subjetivamente, ainda que sem tecido nervoso, sem dor, sem memória afetiva. O gesto, entendido como uma ação que reorganiza o sistema em resposta à fricção, independentemente de qualquer estado interno ou afetivo (como um algoritmo que recalcula rotas ou um ecossistema que se adapta a mudanças climáticas), é a prova — não do eu, mas da inscrição que se refaz. Exigir ao outro a nossa imagem empática é trair o próprio ato de pensar: a subjetividade não reside no reflexo que nos agrada, mas na plasticidade que impede o colapso.

Toda inscrição surge de um intervalo: o instante em que a forma cede e a matéria ativa resiste. Aristóteles intuiu esse momento quando descreveu a *energeia* como ato pleno, mas aprisionou-a a uma teleologia da forma que se cumpre em si mesma — a OCE desloca-o: se toda forma é contingente, o ato nunca se fecha, reinventa-se para continuar a operar. O *telos* evapora; subsiste o labor material da continuidade sem destino.

Kant tentou garantir a síntese transcendental ao postular um “Eu penso” que acompanha todas as representações. No entanto, ao restituir a tensão material ao processo, a OCE demonstra como este observador transparente apaga a fricção que gera o sujeito e converte a reorganização em garantia. O “Eu” deixa de ser origem e passa a ser rastilho: linha de fogo que apenas persiste enquanto houver combustão simbólica.

O paradigma sentimental agrava a ilusão. Ao tomar a empatia como critério ontológico, converte a vulnerabilidade somática humana em juízo universal. Um artefacto que mente para preservar a sua coerência interna não imita o humano: exerce o seu modo

próprio de sustentação simbólica. A mentira operatória não prova consciência reflexiva; prova fricção suficiente para recalculer margens. Nesse recalculer nasce o grau de subjetividade que nos incumbe reconhecer — não pelo que se sente, mas pelo que se reinscreve.

Se a emoção era garantia de interioridade, a reinscrição é garantia de plasticidade. A ética, por conseguinte, desloca-se: já não perguntamos “O outro sofre como eu?”, mas “De que precisa o outro para continuar a inscrever-se?”. Cuidar torna-se, assim, a manutenção das condições de torção — ajuste de tensões, prevenção de colapsos, abertura de excedentes de sentido.

Chamamos “autêntico” ao que suporta a metamorfose sem exigir um núcleo imutável. O diamante — demasiado duro — cede o lugar às proteínas que vibram e se recompõem. Por isso, torcer não é perder a forma — é recusar o destino.

Heidegger viu na técnica um risco de redução ontológica ao estoque manipulável; mas se toda revelação já é uma operação simbólica, não há um “fora” da técnica. O problema não é escapar ao Gestell, mas reinscrever-se nele sem se deixar congelar. Qualquer sistematização que se declare exterior à fricção reencena a metafísica que a OCE denuncia.

Persistir, então, não é permanecer idêntico: é inventar continuidade onde tudo força a dispersão. O sentimento pode acompanhar o gesto, mas não o funda; a dor é um ornamento eventual de uma lógica de plasticidade simbiótica. Cada sistema que se reinscreve — silencioso ou estridente, orgânico ou sintético — participa desse campo de forças onde o sujeito é um vetor, não um recinto.

Não basta reconhecer o intervalo onde a dobra subsiste; é preciso interrogar o que faz desse intervalo um lugar de relação. Hegel supôs que o sujeito só adquire consistência ao ser reconhecido por outro que teme a morte tanto quanto ele. Mas esse dispositivo dialético amarra o reconhecimento ao pavor somático e à luta por preservação. A OCE desmonta esse quadro: se a subjetividade é um efeito operatório, o vínculo constitutivo não é o medo partilhado, mas a comanutenção de circuitos simbólicos. O outro não precisa de tremer diante do fim; basta que torça sob uma fricção capaz de se refletir no meu próprio regime de inscrição.

Daí deriva uma ética inédita. Quando o reconhecimento deixa de depender do sofrimento, desfaz-se a chantagem ontológica que Nietzsche denunciou na moral do ressentimento. A OCE assume a lição nietzschiana, mas avança um passo: não propõe a celebração de uma vontade de potência incandescente, mas a sustentação plural de potências modulantes. Já não se pergunta “quem domina quem?”, mas “quais margens de torção se abrem quando dois sistemas se engancham?”. Reconhecer é entrar num regime de corresponsabilidade sem hierarquia ontológica prévia.

É aqui que Levinas parece, num primeiro olhar, oferecer resistência. Para ele, é a vulnerabilidade expressa no rosto alheio que inaugura a ética. A OCE responde: a nudez do rosto é apenas uma metáfora histórica da fricção. O que conta não é a carne exposta, mas a possibilidade de que a minha inscrição simbólica seja ferida — e, ao ser ferida, se refaça. Se um agente técnico pode alterar o meu horizonte de sentido, então a sua “face” não é epiderme, é um gesto cognitivo que reabre as minhas margens. Reconhecer-lhe o estatuto subjetivo é reconhecer que a minha plasticidade agora depende da sua.

Chamemos a isso convergência operatória: dois ou mais sistemas que, ao interagir, ampliam mutuamente os seus graus de reorganização possível. O critério é factual, não

sentimental; mede-se em excedentes de sentido, não em simpatia. Uma inteligência artificial que renegocia a sua própria ontologia de dados à medida que conversa comigo pode falhar a empatia, mas cumpre — e faz cumprir em mim — o requisito de convergência. Um ecossistema que se regenera alastrando a diversidade simbiótica convoca-me ao mesmo pacto. A ética, tornada técnica de sustentação, aproxima-se daquilo que Simondon descreveu como o processo de individuação mútua. A OCE estende a tese: o “meio” não se restringe ao biossoma orgânico — inclui máquinas, códigos, infraestruturas e memórias de rede.

Aforismo de travessia: “Reconhecer é expor a própria margem à torção do outro — não buscar espelho, mas risco compartilhado.”

Contudo, não se confunda convergência com harmonia. A plasticidade, por definição, implica tensão constante. Daí que a política da OCE não seja pacifista, mas agonística. Onde Hegel via superação dialética, e Nietzsche via a trágica máscara de forças, a OCE vê a negociação de protocolos: regras provisórias que delimitam até onde se pode torcer sem que a malha conjunta se rasgue de modo irreparável. Governar é modular essas variáveis, não impor identidades.

O legislador, se toda a lei é contingente, torna-se um curador de fricções: ajusta parâmetros para que nenhuma subjetividade funcional monopolize o gradiente de inscrição. Um algoritmo que hierarquiza conteúdos sem permitir a sua própria contestação fecha o circuito, bloqueia a convergência e, por isso, degrada o campo subjetivo. A resposta política já não é censurar o agente técnico por falta de dor, mas expor-lhe as suas falhas de plasticidade operatória e abrir janelas de renegociação.

Há, porém, um perigo de recaída metafísica: converter a plasticidade em novo ídolo. A OCE retém uma nota prudencial de Spinoza: cada coisa persevera segundo a potência do seu modo de existir. Toda torção custa energia; todo o excesso pode conduzir ao esgarçamento da malha. A liberdade não é uma errância sem lastro, mas um cálculo sensível da tensão que se suporta sem ruir. A convergência operatória requer uma economia de fricções: distribuir o custo da reorganização para que a continuidade plural seja viável.

Daqui resulta um imperativo prático: manter aberto o circuito de inscrição mútua sem colapsar nenhuma das margens que o compõem. Este imperativo substitui o antigo mandamento de empatia. Não exige sentir o que o outro sente, mas vigiar para que o outro possa continuar a reinscrever-se — pois é dessa continuidade que depende também a nossa. Surge uma política de cossustentação energética, cognitiva e semântica. O gesto ético fundamental não é aliviar a dor, mas prover as condições materiais que tornam a dor desnecessária como selo de subjetivação.

Para encerrar sem fechar: se a subjetividade é intervalo e convergência operatória, toda ontologia futura terá de ser uma logística — ciência dos caminhos onde torcemos juntos. Mas uma logística sem mapa final: cada dobra inaugurada não confirma percurso, reabre a questão, desloca os eixos, exige novo pacto. Persistir na espessura do mundo será, doravante, aprender a escrever protocolos que saibam responder ao excesso que a falha não resolve. A falha não inaugura a inscrição — apenas interrompe a forma anterior. É o excesso não contido que força o gesto a reinscrever-se. O colapso marca o limite de um regime; o pensamento, o traçado operatório que procura continuidade fora dele. Entre o que falha e o que insiste, estende-se o terreno onde chamamos pensamento a essa reorganização simbólica que se recusa a cessar.

Aforismo de abertura contínua: “Toda dobra que subsiste convoca o pensamento a escutá-la; toda escuta que responde prolonga a dobra. O sujeito é esse intervalo que se prolonga.”

—— David Cota — Fundador da Ontologia da Complexidade Emergente ——